

# É possível. Mas só ano que vem

Afonso Fabre

A representação política do Distrito Federal só poderá ser uma realidade a partir do próximo ano, quando o deputado Eptácio Cafeteira (MDB-MA) apresentar à Mesa do Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição determinando que Brasília tenha cadeiras no Senado e na Câmara.

Eptácio Cafeteira, que conseguiu modificar a Constituição para dar autonomia ao seu Estado, o Maranhão, e na semana passada deixou de ver aprovada uma outra sua emenda por apenas três votos, já está estudando o assunto e espera apresentar a sugestão logo no início da próxima sessão legislativa, a ser aberta em março.

A instalação de diretórios dos partidos políticos em Brasília está sendo considerada pelos parlamentares que ainda permanecem no Congresso às vésperas do grande feriado deste fim de semana menos importante do que a possibilidade de os brasileiros virem a ocupar cadeiras nas duas casas do Parlamento.

## INTERESSE

Esta é a opinião, por exemplo, do deputado Geraldo Fleming (MDB-AC); para quem os diretórios são necessários em locais onde existem eleições, porque a não ser este fator «quem se interessa pela sua instalação pretende, com isto, conseguir alguns votos quando das eleições para a Câmara e o Senado». Seria, portanto, interesse pessoal e não a real preocupação em fazer com que Brasília consiga manifestar-se através de representantes.

Fleming recorda que sempre lutou para que os brasileiros «tivessem alguma utilidade para o seu título de eleitor?», e, por esta razão, acha-se perfeitamente à vontade para não considerar prioritária a instalação de diretórios partidários na cidade. Ele entende que isto poderia vir a tumultuar a consecução dos objetivos da maioria dos eleitores candangos «pois haveria o perigo de se argumentar, por parte dos contrários à tese, que com os diretórios Brasília já estaria exercendo seu direito de votar».

O próprio Geraldo Fleming, no entanto, responde com a assertiva de que «esse direito, na realidade, não estaria sendo exercido, porque os títulos de eleitores dos brasileiros continua sendo um simples papel, ocorrendo, por outro lado, um paradoxo: numa mesma casa o pai, eleitor de outro Estado e que não transferiu seu título para o Distrito Federal, poderia votar; seu filho, que tem o título de Brasília, estaria impedido de fazê-lo». Um paradoxo que — segundo o representante acreano — é mais do que prejudicial, pois faz distinção até mesmo entre duas pessoas de uma mesma família.

Por isto, ele é a favor de uma representação autêntica para Brasília e não apenas os diretórios partidários, acentuando que «os diretórios, não resta a menor dúvida, poderiam ser o embrião dos partidos que atuariam em futuro na capital da República».

## IMPRESINDÍVEIS

Opinião divergente — e que também arregimenta vários seguidores — é a do deputado Daso Coimbra (Arena-RJ): «Os diretórios partidários são imprescindíveis para Brasília» e deveriam ter sido instalados há muito tempo, já que representam o início da vida política de uma cidade que até hoje foi marginalizada sem razão no que diz respeito a eleições».

Daso Coimbra é considerado um dos maiores lutadores pela representação política para Brasília, já tendo feito vários pronunciamentos a favor da medida. Ele entende que não há razão alguma que possa justificar a ausência dos brasileiros nas decisões nacionais, «uma vez que aqui vivem os brasileiros mais politizados do país, convivendo diuturnamente com os que fazem as leis e os que administram a Nação».

Daso pretende defender igualmente a instalação de diretórios de partidos no Distrito Federal, «nem que para isto tenha de se desgastar um pouco, descontentando alguns».

## BATALHA

Há mais de três meses o deputado Eptácio Cafeteira vem realizando estudos e pesquisas visando à preparação de uma emenda que será proposta no início da próxima sessão legislativa. Em março, ele pretende entregar à Mesa do Congresso Nacional proposição criando a representação política no Senado e na Câmara para Brasília. Pelo seu projeto — que começará a ser redigido durante o recesso deste fim de ano — deverá ficar acrescido o número de deputados e senadores eleitos por brasileiros e cujo domicílio eleitoral (dois anos de título) seja o Distrito Federal.

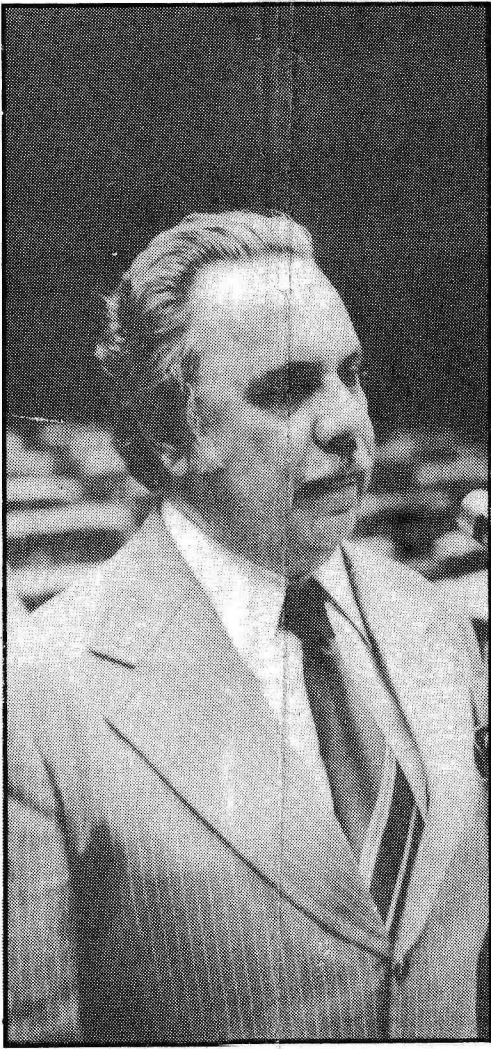
A idéia de uma Assembléia Legislativa ou de uma Câmara de Vereadores está afastada das cogitações de Cafeteira, pois o representante maranhense entende que com isto «possivelmente o governo não concorde, o que poderá neutralizar ou dificultar a tramitação da matéria». Recorda o parlamentar oposicionista que uma das principais alegações dos poucos que são contra a tese é a de que «uma Câmara de Vereadores ou uma Assembléia Legislativa viria tumultuar os trabalhos do governador brasileiro, fato que, por si só, invalida qualquer tentativa nesse sentido».

Uma representação na Câmara Federal e no Senado, porém, segundo Eptácio Cafeteira, não teria como ser contestada, pois em nada influiria na administração direta do Distrito Federal. Em contrapartida, os brasileiros estariam participando, efetivamente das decisões nacionais.

Sobre este assunto, encontra-se em tramitação na Câmara um projeto de resolução do deputado Albérico Cordeiro, criando a Comissão do Distrito Federal. Segundo o deputado, que acredita plenamente na aprovação do projeto, na Comissão seriam debatidos todos os assuntos relativos à representação política de Brasília.



Eptácio Cafeteira: «Não há como contestar uma representação do DF na Câmara Federal e no Senado pois isso em nada influiria na administração direta do Distrito Federal. Ganha o brasileiro»



Daso Coimbra: «Os diretórios partidários são imprescindíveis para Brasília. Eles são o início da vida política de uma cidade que até hoje foi marginalizada no que diz respeito às eleições»